INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN E DEMAIS NECESSIDADES ESPECIAIS NA FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS.

RAFIK HALLAK VALERIANO[1]
ROBERTO DE ANDRADE BORDIN[2]
RAFAEL BUENO[2]

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior representa um direito fundamental e um avanço na democratização universitária. Este estudo discute os fundamentos teóricos e legais da inclusão de estudantes com síndrome de Down e propõe um instrumento descritivo para identificar percepções e experiências acadêmicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e documental e abordagem de estudo de caso. O instrumento contempla seis eixos: pertencimento e acolhimento, relações sociais, aprendizagem, autonomia, inclusão institucional e apoio inclusivo. As respostas foram organizadas em três categorias, com pontuação de 3, 2 e 1, inspiradas nos princípios de Likert, sem finalidade diagnóstica ou validação estatística. Os resultados teóricos evidenciam que a inclusão exige mais que acesso, abrangendo permanência, aprendizagem, acessibilidade, participação e autonomia. Conclui-se que sua efetividade depende de planejamento institucional, formação docente, escuta ativa e articulação dos serviços de apoio acadêmico.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação inclusiva; Ensino superior; Necessidades especiais; Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira vem ampliando a diversidade de seu corpo discente. Pessoas com deficiência, historicamente afastadas dos espaços universitários, passaram a reivindicar não apenas o direito formal de ingresso, mas condições concretas de permanência, aprendizagem, participação e conclusão de seus cursos. Nesse contexto, a inclusão deve ser compreendida como responsabilidade acadêmica, social e institucional.

A legislação incorpora conceitos como acessibilidade, tecnologia assistiva, barreiras e adaptações razoáveis, oferecendo base jurídica para que a inclusão seja

[1]Graduando, CST em Agronegócio pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC. Mogi das Cruzes-SP. E-mail: rafik.valeriano@aluno.cps.sp.gov.br
[2]Docente, CST em Agronegócio pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC. Mogi das Cruzes-SP.

tratada como compromisso institucional e não como iniciativa eventual (Brasil, 2015). A síndrome de Down pode estar associada à deficiência intelectual, mas não define isoladamente o potencial de aprendizagem, autonomia ou participação. O objetivo do presente estudo foi analisar os fundamentos teóricos e legais relacionados à inclusão no ensino superior e caracterizar, por meio de instrumento descritivo, a percepção de um estudante com síndrome de Down, do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, sobre pertencimento, relações sociais, aprendizagem, autonomia, inclusão institucional e apoio inclusivo em sua experiência universitária.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inclusão, acessibilidade e permanência no ensino superior

A inclusão universitária pressupõe superar barreiras ambientais, pedagógicas e sociais, assegurando igualdade de oportunidades, adaptações razoáveis e apoios individualizados. Estudantes com síndrome de Down apresentam diferentes condições de aprendizagem, comunicação e autonomia, demandando estratégias pedagógicas específicas, como instruções objetivas, recursos visuais e avaliações diversificadas (Luiz *et al.,* 2008). A deficiência física exige adequações estruturais, mobiliárias e de acessibilidade aos ambientes acadêmicos, considerando que o ingresso não assegura, isoladamente, permanência e participação efetiva (Garcia; Baccarin; Leonardo, 2018). Preconceito, infantilização, superproteção e resistência às adaptações também comprometem a inclusão (Almeida *et al.,* 2025). Nesse contexto, o Programa Incluir (Proaeci, 2013) reforça a responsabilidade institucional na eliminação de barreiras. Portanto, a inclusão efetiva depende de planejamento, formação docente, acessibilidade, apoio pedagógico e escuta ativa do estudante, promovendo aprendizagem, pertencimento, participação e autonomia.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo caracterizou-se como pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por revisão bibliográfica e complementada por abordagem de estudo de caso. Foram considerados documentos normativos e trabalhos acadêmicos relacionados à inclusão, acessibilidade, permanência e participação de pessoas com deficiência no ensino superior. Para a caracterização foi elaborado um instrumento tabela 1. fundamentado nos princípios descritos por Likert (1932).

Tabela 1. Perguntas e alternativas objetivas para caracterização das percepções do estudante com síndrome de Down sobre inclusão no ensino superior.

Eixo	Pergunta	3. Favorável	2. Intermediária	1. Desfavorável
1. Pertencimento e acolhimento.	Você se sente parte da sua turma e da faculdade?	Sim, me sinto incluído	Às vezes me sinto incluído	Não me sinto incluído
2. Relações sociais.	Você se sente bem e respeitado pelos	Sim	Às vezes	Não

	colegas e professores?			
3. Aprendizagem.	Você entende as explicações e consegue aprender nas aulas?	Sim, entendo bem	Entendo parcialmente	Tenho muita dificuldade
4. Autonomia.	Você consegue realizar as atividades da faculdade sozinho ou com o apoio que recebe?	Sim, na maioria das vezes	Às vezes preciso de ajuda	Preciso de ajuda muitas vezes
5. Inclusão institucional.	Você acha que a faculdade oferece condições para você estudar e participar das atividades?	Sim, oferece	Oferece parcialmente	Não oferece o suficiente
6. Apoio inclusivo.	O apoio do agente de inclusão e do suporte pedagógico ajuda você a aprender e participar das atividades?	Sim, ajuda bastante	Ajuda parcialmente	Não ajuda o suficiente

Fonte: Elaborado pelos autores, (2026), com sistema de respostas graduadas fundamentado nos princípios de Likert, (1932).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da inclusão universitária pode ser organizada em três dimensões complementares: acesso, permanência e participação. O acesso corresponde ao ingresso; a permanência envolve condições para continuar o curso; e a inclusão efetiva pressupõe aprendizagem, pertencimento, autonomia e participação nas atividades acadêmicas e sociais. Nesse sentido, o instrumento proposto não mediu capacidade ou estabeleceu diagnóstico. Seu objetivo foi tornar visível a percepção do estudante sobre os seis aspectos de sua experiência universitária, onde o discente respondeu favoravelmente para os seis eixos propostos. A análise individual dos eixos pode indicar áreas percebidas positivamente e áreas que demandam escuta mais aprofundada ou intervenção institucional.

Questão complementar não pontuada: *Tem alguma coisa que você gostaria que melhorasse na faculdade?* Resposta: O discente relatou que a Instituição em questão deve melhorar o tratamento com as pessoas PCDs oferecendo curso para todos. Sobre as percepções e interpretação descritiva, o estudante identificou apoio e inclusão parcial, sugerindo aspecto a ser acompanhado e/ou aprimorado. A combinação entre respostas objetivas e uma questão aberta permitiu equilibrar simplicidade de aplicação e protagonismo do estudante.

CONCLUSÃO

A inclusão de estudante com síndrome de Down e deficiência física representa um avanço no direito à educação, mas exige transformar a igualdade formal em

participação efetiva. Para isso, a política universitária deve integrar gestão, docentes, coordenação, agentes de inclusão, núcleos de acessibilidade e estudantes, valorizando a escuta do universitário e a efetividade das ações inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lidiane Pires dos Santos Ribeiro et al. Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, p.1-16, Corumbá 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/VbGQfJmfTz5qVMgpYdXBqwR/?lang=pt Acesso em: 04.nov.2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 09.set.2026.

PROAECI, Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Cidadania (Proaeci/UFES). **Documento Orientador Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/documento_orientador_programa_incluir.pdf Acesso em: 17.set.2026.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. esp., p. 33-40, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/n9MVpKJ5r7fTknh9rVv9rdc/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR Acesso em: 06.out.2026.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, n. 140, p. 1-55, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf Acesso em: 17.set.2026.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 3, p. 497-508, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/7MT8XR7d83GG4zZyBjVn7ns/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR Acesso em: 25.set.2026.